



LÚCIA LIMA RODRIGUES

O ensino da Contabilidade deve ser menos técnico

Por Nuno Dias da Silva

Lúcia Lima Rodrigues defende a aposta no ensino baseado na investigação, em detrimento do que privilegia a vertente técnica, transmitindo, erradamente aos alunos, a imagem que a Contabilidade é apenas «debitar e creditar.» Sobre a investigação científica desenvolvida em Portugal, a docente da Universidade do Minho entende que se encontra ainda numa fase «distante da maturidade», mas mostra-se confiante que os programas doutorais em Contabilidade vão alterar esta realidade.

Lúcia Lima Rodrigues é licenciada e Mestre em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto, doutorada em Ciências Empresariais, com especialização em Contabilidade. É Professora Associada com Agregação na Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho onde é Directora do Departamento de Gestão e Directora do Mestrado em Contabilidade. É presidente do conselho editorial da revista científica «Contabilidade e Gestão» da CTOC, presidente da Comissão de História da Contabilidade e da Comissão Eventual para o Acompanhamento do Processo de Bolonha da Câmara. É *Editor for Europe* da revista científica internacional «Accounting History».

A responsável pelo conselho editorial da revista «Contabilidade e Gestão» afirma que o aprofundar da investigação fará da publicação de cariz científico um produto cada vez melhor à disposição dos TOC. Lúcia Lima Rodrigues acrescenta que todos os professores de Contabilidade deveriam ter «conhecimentos de história e teoria da Contabilidade.» A presidente da Comissão de História da Contabilidade da CTOC antecipa novas iniciativas durante 2009, com especial destaque para o segundo Encontro sobre esta temática, que coincidirá com a efemé-

ride dos 250 anos da Aula do Comércio. Relativamente a algumas nuvens negras que pairam sobre a profissão, a primeira mulher doutorada em Contabilidade no nosso País, afirma que as ameaças se devem transformar em oportunidades, realçando que a chave para um bom

desempenho reside, entre outros factores, na permanente actualização dos conhecimentos.

TOC – Preside, desde a fundação, ao conselho editorial da revista científica «Contabilidade e Gestão», pioneira nesta área, em Portugal. Que balanço faz do impacto para a comunidade de profissionais e de académicos dos seis números editados até ao momento?

Lúcia Lima Rodrigues – A revista é muito importante para desenvolvimento da comunidade académica contabilística. Tem como objectivo publicar artigos baseados em investigação. Acredita-se que o que escrevemos só tem valor científico se os especialistas na área considerarem que fizemos contributos ao saber. Como os artigos são avaliados num sistema de revisão anónima por, pelos menos, dois especialistas, há garantias de que a avaliação é feita de forma honesta. Publicámos já vários artigos interessantes, muitos deles resultantes de dissertações de mestrado e de doutoramento. Dada a circulação restrita destes trabalhos académicos (apenas são publicados meia dúzia de exemplares), a única forma de aumentar o impacto da investigação realizada é publicar as



Lúcia Lima Rodrigues acredita que os programas doutorais em Contabilidade vão melhorar a investigação

dissertações e as teses na forma de artigos. Assim, além de se obter um grau (o mestrado e o doutoramento), deverá haver a preocupação por parte dos académicos em publicar artigos que melhorem o impacto da investigação realizada. A revista cumpre esta missão. É minha convicção que à medida que mais e melhor investigação contabilística se venha a realizar em Portugal, melhor será a revista.

TOC – A Contabilidade foi durante anos uma área técnica onde não havia investigação científica. Têm-se verificado progressos recentes?

L.L.R. – Sim, sem dúvida. Já há em Portugal vários colegas a publicar em revistas científicas internacionais e nacionais. Têm-se verificado progressos assinaláveis nos últimos dez anos. Hoje a comunidade académica contabilística sabe que não basta reclamar para a nossa área do saber o estatuto de área científica; temos de produzir investigação com o mesmo rigor científico que em qualquer outra área.

TOC – A investigação científica permanece numa etapa embrionária?

L.L.R. – Apesar dos progressos recentes acredito que a investigação científica em Contabilidade ainda

está numa fase de expansão e distante da maturidade. Muito há ainda a fazer. A Universidade do Minho está a trabalhar com a Universidade de Aveiro numa iniciativa inovadora: um Programa Doutoral em Contabilidade. As grandes universidades a nível mundial (como, por exemplo, a London Business School, London School of Economics and Political Science, Universidad de Valência, University of Stanford) têm programas de doutoramento em Contabilidade idênticos. Os Programas Doutorais em Contabilidade podem vir a melhorar substancialmente a investigação em Contabilidade nos próximos anos.

Promover o intercâmbio entre académicos e profissionais

TOC – Em que medida a investigação contabilística pode contribuir para melhorar a prática e o ensino da Contabilidade?

L.L.R. – Eu acredito no ensino baseado na investigação. Ensinar aos nossos alunos apenas a parte técnica da Contabilidade parece-me errado (além de que é extremamente enfadonho). É importante ensinar os alunos a saberem pensar e não apenas a saberem fazer. Acho que todos os professores de Contabilidade deveriam idealmente ter conhecimentos de história

e teoria da Contabilidade. Estes conhecimentos são importantes no ensino da Contabilidade, e daí a necessidade de se fazer formação nestas áreas ao nível do mestrado ou do doutoramento. Ensinar Contabilidade sem alguns conhecimentos básicos nestas matérias provoca, a meu ver, um sentimento idêntico ao que sentiram aqueles que sofreram uma amnésia, e tiveram de viver sem se lembrarem nada do passado, ou seja, provoca uma grande desorientação.

TOC – Sente que falta fomentar o intercâmbio entre os nossos estudiosos e os congéneres estrangeiros, nomeadamente em termos de promoção de seminários e conferências?

L.L.R. – Promover o intercâmbio entre académicos/profissionais portugueses com estrangeiros parece-me fundamental e deve ser estimulado. Todos aprendemos uns com os outros e ter uma visão global do mundo parece-me muito importante. Neste sentido, acredito verdadeiramente que é importante participar em conferências/seminários ou outras iniciativas internacionais.

TOC – Preside à Comissão de História da Contabilidade, criada pela CTOC, em 2007, que organizou no Outono do ano passado o primeiro congresso sobre esta temática, em Lisboa e no Porto. A primeira experiência motivou a Comissão para promover outras iniciativas no futuro?

L.L.R. – Sim, fiquei muito contente com a adesão dos profissionais, nomeadamente porque alguns (mais de 30) quiseram ser membros associados desta Comissão da CTOC. Iremos ter muitas mais iniciativas e mais Encontros. No próximo mês de Junho irá realizar-se o II Encontro e celebraremos juntos os 250 anos da Aula de Comércio.

TOC – Foi a principal impulsionadora do projecto de investigação sobre a Aula do Comércio. Qual significado desta efeméride e o que está previsto para assinalar a data?

L.L.R. – A Aula do Comércio foi a primeira escola pública no mundo criada com o objectivo de formar profissionais de Contabilidade que, já naquela época, foram considerados importantes para o desenvolvimento económico e social de Portugal e, por isso, deviam ter formação gratuita patrocinada pelo Estado. Este ano, estamos a celebrar não só os

250 anos de uma escola inovadora mas também o interesse público da profissão e da importância da Contabilidade no contexto social, económico e político dos países. Além do Encontro, seria interessante publicar um livro baseado nos artigos entretanto publicados em revistas científicas internacionais sobre esta escola tão importante e tão pioneira de que os portugueses se devem orgulhar.

TOC – O ensino da Contabilidade em Portugal está no bom caminho?

L.L.R. – Acredito sinceramente que sim. Como já referi acho que o ensino deve ser baseado em investigação, não deve ser demasiado técnico, criando a ideia junto dos alunos de que a Contabilidade é apenas “debitar e creditar”. Esta é uma ideia muito redutora do que é a Contabilidade, está-se a confundir uma técnica preferencial (e a Contabilidade usa outras) com o objectivo da disciplina. Uma coisa é a digrafia (antes da digrafia usamos a unigrafia), outra coisa é o objectivo da disciplina: construção de informação com vista à tomada de decisão económico-financeira. Acredito que esta confusão com o tempo tenderá a desaparecer, até porque as normas internacionais, que teremos de usar nos próximos anos, são mais baseadas em princípios do que em regras.

Aprender é até morrer

TOC – Integrou a Comissão Eventual para o Acompanhamento do Processo de Bolonha. A que conclusões chegou o grupo de trabalho?

L.L.R. – O grupo de trabalho chegou a várias conclusões. Em primeiro lugar, a constatação de que o Processo de Bolonha presume a adopção de um sistema de graus comparável que permita a promoção da mobilidade de estudantes e da dimensão europeia no Ensino Superior. Em segundo lugar, os esforços desenvolvidos pela União Europeia nos últimos anos indiciam uma nova era na estratégia harmonizadora europeia, preocupada com a definição de regras contabilísticas de qualidade e com o aumento da comparabilidade da informação financeira, que permita o desenvolvimento do mercado único europeu. Portugal, na qualidade de Estado-Membro, depara-se, neste momento, com o notável desafio de generalizar a adopção das normas internacionais às empresas o que coloca novas exigências a todos aqueles que praticam, ensinam e aprendem Con-

tabilidade neste país. A elaboração do Sistema de Normalização Contabilística por parte da Comissão de Normalização Contabilística pretende responder a este desafio de globalização da Contabilidade que provocará por si própria também a mobilidade dos profissionais, particularmente no espaço europeu. Em terceiro lugar, a nível fiscal, os Técnicos Oficiais de Contas têm vindo progressivamente a assumir um papel cada vez mais relevante junto da Administração Fiscal, desempenhando uma importante acção pedagógica em relação aos operadores económicos. Por último, dado o tecido empresarial português, constituído basicamente por Pequenas e Médias Empresas, e porque muitas vezes nestas empresas não há mais nenhum técnico superior, o TOC tem de apoiar o órgão de gestão em matérias de gestão corrente e financeira, embora não façam parte das suas funções estatutárias. Todos estes desafios que a profissão enfrenta e irá enfrentar nos próximos anos, nomeadamente a crescente globalização económica e o incentivo à mobilidade das profissões dentro da União Europeia, levaram a que a Comissão propusesse que a nível de formação Portugal se oriente pelas regras que resultaram da adopção da Convenção de Bolonha, ou seja, no mínimo três anos de formação superior – o grau académico de licenciatura. Este aspecto é reforçado quando se considera a harmonização dos requisitos de formação portugueses com os exigidos a nível internacional (*International Federation of Accountants – IFAC*).

TOC – A licenciatura na era de Bolonha é manifestamente insuficiente? O mestrado poderá, dentro em breve, ser o grau mínimo de exigência para aceder à profissão?

L.L.R. – Sim, se estivermos a pensar nas licenciaturas ditas de “banda larga”, como são as de Gestão, Economia ou Administração Pública. No pós-Bolonha, para satisfazer os requisitos de acesso, estes licenciados deverão fazer o mestrado em Contabilidade, preferencialmente na mesma escola onde obtiveram a licenciatura. No caso das licenciaturas ditas de “banda estreita”, como são as de Contabilidade e Fiscalidade, os alunos

poderão conseguir obter os ECTS necessários apenas com a licenciatura.

TOC – A actualização permanente é uma das exigências que se colocam aos profissionais devido à rápida alteração dos quadros normativos e legislativos. Como sensibilizar os membros para a utilidade de frequentar as sessões formativas?

L.L.R. – Desde sempre ouvi dizer que “aprender é até morrer” e acredito que este adágio popular nunca foi tão verdade como nos dias de hoje. Vivemos a era do conhecimento e quem não é capaz de actualizar os seus conhecimentos fica desajustado da realidade em que vive. Esta necessidade de permanente actualização resulta da Contabilidade e das áreas afins estarem em permanente evolução, e, claro, por esta ser considerada uma “profissão intelectual”. O que cada um de nós pensaria se um médico, por desconhecer que entretanto tinha sido descoberto um novo medicamento ou um novo tratamento mais eficaz, não o receitasse aos seus doentes por não ter actualizado os seus conhecimentos? Todas as profissões de nível superior se



A docente afirma que os portugueses devem sentir-se orgulhosos com a celebração, este ano, dos 250 anos da Aula do Comércio

deparam com a necessidade de actualizar conhecimentos. A Contabilidade não é excepção.

TOC – A qualidade é o objectivo prioritário das regulares acções de formação promovidas pela CTOC. Para além da qualificação, que valores devem ser distintivos da classe dos Técnicos Oficiais de Contas? Num mundo cada vez mais competitivo é a cultura de rigor que vai contribuir para consolidar o prestígio da profissão e dos profissionais na sociedade?

L.L.R. – O rigor no exercício de uma profissão contribuiu sempre para o prestígio dos profissionais, e isto, novamente, é verdade para qualquer área do saber. Os sentidos éticos e deontológicos no exercício de uma profissão com natureza pública são extremamente importantes, como sabemos. A Contabilidade não é excepção. Quando o TOC se afasta da chamada “imagem verdadeira e apropriada sobre a situação económico-financeira da empresa” sabe que pode estar a lesar alguém.



Num mundo em mudança, a formação deve ser encarada como uma oportunidade e um desafio

TOC – Que desafios e ameaças se deparam à profissão contabilística?

L.L.R. – A profissão contabilística depara-se quotidianamente com vários problemas ou ameaças, nomeadamente nos dias de hoje, devido ao facto de por causa da crise haver muitas empresas que estão sem liquidez para lhes pagar os seus serviços.

A necessidade de actualizar conhecimentos, tem também custos elevados em termos de tempo e de dinheiro e eu sei que a formação é considerada pelos TOC como uma ameaça. Acho, contudo, que é uma oportunidade e um desafio. De facto, o movimento de globalização e internacionalização da Contabilidade soma desafios e oportunidades: a maior possibilidade de mobilidade dos profissionais de Contabilidade e ainda, quando associado ao avanço tecnológico, a maior facilidade em captar clientes noutros países.

O difícil equilíbrio entre relevância e fiabilidade

TOC – A progressiva adopção pelas empresas das NIC representa um dos maiores avanços na harmonização contabilística internacional, mas, também, um dos maiores reptos. Os profissionais estarão preparados para a mudança de paradigma? Como sensibilizar os profissionais para um conjunto de normas tão complexo?

L.L.R. – Sem dúvida, é um grande desafio que os profissionais portugueses saberão vencer como já aconteceu noutras situações, nomeadamente com a IES. Apesar de alguma preparação ter que ser feita, a verdade é que as normas internacionais não são completamente novas. No início da década de 90, a Comissão de Normalização Contabilística, na ausência de orientações europeias, resolveu adoptar uma estratégia de convergência com as normas do *International Accounting Stan-*

dards Board (IASB), que se veio a revelar correcta. Esta convergência foi particularmente notória a partir de 1995, tendo já nessa altura havido a emissão de algumas Directrizes Contabilísticas que resultaram da mera transposição para a realidade portuguesa das normas do IASB. Isto faz com que os profissionais portugueses já estejam de certa forma preparados para a mudança de paradigma. De qualquer forma, há algumas normas internacionais que não foram transpostas e algumas Directrizes Contabilísticas que, entretanto, se desactualizaram; ambas as situações irão exigir alguma preparação e formação por parte dos profissionais. A CTOC tem um papel muito importante quer na sensibilização dos TOC para a necessidade de fazerem formação, quer no apoio formativo aos seus membros.

TOC – O conceito de «justo valor» tem suscitado forte polémica junto de alguns especialistas. Como comenta as críticas de subjectividade apontadas?

L.L.R. – O conceito de «justo valor» não é novo nem no nosso normativo, nem nas práticas contabilísticas, pelo menos de algumas empresas. Relembro, por exemplo, a Directriz Contabilística n.º 13 de 1993 relativa ao conceito de «justo valor» e a Directriz Contabilística n.º 16 de 1995 relativa à reavaliação de activos imobilizados tangíveis. Nesta última Directriz prevê-se a derrogação do custo histórico e a avaliação dos activos tangíveis a «justo valor». Esta derrogação obriga a divulgações, nomeadamente sobre a forma de cálculo do «justo valor». A adopção das normas internacionais virá ampliar a adopção do «justo valor» e, em algumas situações, as variações de valor em vez de serem reflectidas nos capitais próprios, passam a ser reflectidas em contas de resultados, o que pode levar a alguma manipulação. Contudo, esta manipulação sempre existiu ao longo dos tempos e pode fazer-se de múltiplas maneiras, eu diria que pode fazer-se sempre que usamos estimativas (como são os casos das amortizações, provisões e acréscimos e diferimentos). Não é nada de novo. Sempre que usamos estimativas em Contabilidade devemos divulgar os pressupostos subjacentes nos nossos cálculos para que o utilizador da informação possa ver se são razoáveis ou não. Provavelmente faz sentido que sempre que se use o «justo valor» na valorimetria de um activo ou passivo, se divulgue o seu valor a custo histórico. Novamente gostava de salientar que o exercício da profissão

com rigor e de uma forma séria é aqui também muito importante, nomeadamente na provisão por parte dos profissionais de Contabilidade de divulgações adequadas e correctas sobre os valores que estamos a calcular.

TOC – Como alcançar o ponto de equilíbrio entre relevância e fiabilidade?

L.L.R. – Eu aprendi quando era uma jovem aluna na Faculdade de Economia do Porto que a Contabilidade é um sistema de informação que tem como principal característica a sua utilidade na tomada de decisão económico-financeira. Hoje pedem-nos que façamos o balanceamento entre duas grandes características da informação financeira: relevância e fiabilidade. O que nos dizem é: se for possível que a informação ganhe relevância substancial para a tomada de decisão sem se perder fiabilidade (ou atenuando os seus efeitos via divulgação) deveremos avançar com valorimetrias que proporcionem os valores considerados mais relevantes pelos utilizadores da informação contabilística.

TOC: papel activo de aconselhamento

TOC – A crise mundial, a par com os escândalos financeiros, tornaram a realidade empresarial mais escrutinada. Qual deve ser o papel dos TOC nas PME, que constituem a esmagadora maioria do tecido empresarial, em termos de aconselhamento e pedagogia junto dos empresários?

L.L.R. – É minha opinião (e posso estar enganada) que a crise mundial que estamos a viver, e que nos deixa tão angustiados, passa muito pouco (ou talvez nada) pelas pequenas e médias empresas, que tentam levar a cabo a sua actividade da melhor forma e, que nestes processos, são geralmente mais vítimas do que causadoras de problemas. Julgo que as grandes responsabilidades pela crise residem na ganância e na falta de ética de algumas pessoas, no uso exagerado de produtos estruturados e nas relações complexas que se estabelecem entre as grandes empresas. De qualquer maneira, gostaria de aproveitar esta questão para dizer que o TOC é detentor de informações muito importantes para gerir as PME que devem ser transmitidas à gerência. Assim, para a boa saúde das PME, revela-se crucial executar de forma rigorosa não só as tarefas fiscais mas ter também um papel activo de aconselhamento. ■